



ISSN 2674-8169



Qualis B3

Latindex



DOI

Google
Acadêmico

SAÚDE MATERNO – INFANTIL: DESAFIOS PARA ATENÇÃO INTEGRAL

Maria Eduarda Bezerra Do Nascimento, Ana Beatriz Oliveira De Melo , Julieinnie Fontes, Hillary Torres Lemos , Ana Karla Rodrigues Melo, Luiz Fernando Felix De Santana , Camyle Paiva Jacauna, Wesly Kauã Pereira Carvalho , Naiara Sampaio De Oliveira , Vanessa Oliveira Dos Santos , Thamyle Costa De Queiroz , Juliano De Andrade Mello



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2026v8n6p1372-1384>

Artigo recebido em 26 Maio e publicado em 26 de Junho de 2026

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

A saúde materno-infantil representa um dos principais eixos das políticas públicas de saúde, sendo essencial para a redução da morbimortalidade materna e infantil e para a promoção do desenvolvimento saudável da criança. Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, ainda persistem desafios que comprometem a integralidade da assistência, relacionados às desigualdades sociais, dificuldades de acesso aos serviços, fragmentação da Rede de Atenção à Saúde e limitações estruturais dos sistemas de saúde. O presente estudo teve como objetivo analisar os principais desafios para a atenção integral à saúde materno-infantil, destacando a importância da Atenção Primária à Saúde, da atuação multiprofissional e das políticas públicas voltadas à qualificação da assistência. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados SciELO, LILACS, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e MEDLINE/PubMed, utilizando descritores relacionados à saúde materna, saúde da criança, atenção primária e cuidado integral. Foram incluídos artigos publicados entre os anos de 2020 e 2026, nos idiomas português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra e que abordassem a temática proposta. Os estudos evidenciaram que a Atenção Primária à Saúde constitui o principal eixo organizador da assistência materno-infantil, entretanto fatores como desigualdades socioeconômicas, dificuldades de acesso, insuficiência de recursos e fragmentação dos serviços ainda comprometem a continuidade do cuidado. Conclui-se que o fortalecimento da Atenção Primária, da atuação multiprofissional e das políticas públicas, aliado à organização das redes de atenção e à implementação de práticas humanizadas, é fundamental para garantir assistência integral, equitativa e de qualidade à mulher, à criança e à família.

Palavras-chave: Saúde Materno-Infantil. Atenção Primária à Saúde. Cuidado Integral. Saúde da Criança. Saúde da Mulher.

MATERNAL AND CHILD HEALTH: CHALLENGES FOR COMPREHENSIVE CARE

SUMMARY

Maternal and child health represents a key pillar of public health policies, essential for reducing maternal and child morbidity and mortality and promoting healthy child development. Despite advances made in recent decades, challenges compromising comprehensive care persist, linked to social inequalities, barriers to service access, fragmentation of the Health Care Network, and structural limitations within health systems. This study aimed to analyze the main challenges regarding comprehensive maternal and child health care, highlighting the importance of Primary Health Care, multidisciplinary practice, and public policies focused on improving the quality of care. It is an integrative literature review conducted using the SciELO, LILACS, Virtual Health Library (VHL), and MEDLINE/PubMed databases, employing descriptors related to maternal health, child health, primary care, and comprehensive care. Articles published between 2020 and 2026 in Portuguese, English, and Spanish were included, provided they were available in full text and addressed the study's topic. The studies demonstrated that Primary Health Care serves as the primary organizing axis for maternal and child care; however, factors such as socioeconomic inequalities, access barriers, resource shortages, and service fragmentation continue to compromise the continuity of care. The study concludes that strengthening Primary Health Care, multidisciplinary practice, and public policies—combined with the organization of care networks and the implementation of humanized practices—is fundamental to ensuring comprehensive, equitable, and high-quality care for women, children, and families.

Keywords: Maternal and Child Health. Primary Health Care. Comprehensive Care. Child Health. Women's Health.

INTRODUÇÃO

A saúde materno-infantil constitui um dos principais pilares das políticas públicas de saúde, sendo considerada um importante indicador das condições sociais, econômicas e da qualidade dos sistemas de saúde de um país. A promoção da saúde da mulher durante o ciclo gravídico-puerperal e o acompanhamento integral da criança desde o nascimento são estratégias fundamentais para reduzir a morbimortalidade materna e infantil, prevenir agravos e garantir melhores condições de desenvolvimento físico, cognitivo e emocional (Brasil, 2022).

Nas últimas décadas, o Brasil apresentou avanços expressivos na ampliação do acesso aos serviços de saúde por meio do fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente após a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Estratégia Saúde da Família (ESF). Essas iniciativas contribuíram significativamente para a ampliação da cobertura do pré-natal, da assistência ao parto e do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Entretanto, persistem importantes desigualdades regionais e socioeconômicas que dificultam o acesso oportuno e contínuo aos serviços, comprometendo a integralidade da assistência (Victora *et al.*, 2021).

A atenção integral à saúde materno-infantil ultrapassa a realização de consultas e procedimentos clínicos, envolvendo ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico precoce, tratamento oportuno, reabilitação e educação em saúde. Nesse contexto, torna-se indispensável a articulação entre os diferentes níveis de atenção, bem como a atuação multiprofissional, possibilitando um cuidado contínuo e centrado nas necessidades da mulher, da criança e de sua família (Starfield, 2002).

A gestação representa um período de intensas mudanças fisiológicas, psicológicas e sociais, exigindo acompanhamento qualificado desde o início do pré-natal. A literatura evidencia que o início precoce das consultas, associado ao número adequado de atendimentos e à realização dos exames recomendados, está diretamente relacionado à redução das complicações obstétricas, ao diagnóstico precoce de fatores de risco e à melhoria dos desfechos maternos e neonatais (World Health Organization, 2022). Além disso, práticas como o acolhimento, a escuta qualificada e o estabelecimento de vínculo entre profissionais e gestantes favorecem maior adesão ao acompanhamento pré-natal e fortalecem a autonomia das mulheres durante todo o

processo gestacional.

Após o nascimento, a continuidade da assistência torna-se igualmente essencial para assegurar o crescimento e o desenvolvimento saudável da criança. A puericultura possibilita o monitoramento do estado nutricional, do desenvolvimento neuropsicomotor, da situação vacinal e da identificação precoce de alterações que possam comprometer a saúde infantil. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2023), investimentos realizados nos primeiros anos de vida repercutem positivamente na saúde, na aprendizagem e na qualidade de vida ao longo de toda a existência, evidenciando a importância das ações voltadas à primeira infância.

Apesar dos avanços observados, diversos desafios ainda comprometem a efetividade da atenção integral materno-infantil. Entre eles destacam-se as dificuldades de acesso aos serviços especializados, a insuficiência de recursos humanos em determinadas regiões, a fragmentação da Rede de Atenção à Saúde, as barreiras geográficas, especialmente em áreas rurais e ribeirinhas, além das desigualdades sociais que interferem diretamente nas condições de vida e saúde da população (Leal *et al.*, 2020). Esses fatores podem contribuir para atrasos no diagnóstico, interrupção do acompanhamento e aumento da ocorrência de complicações evitáveis.

Outro aspecto relevante refere-se aos determinantes sociais da saúde, como renda, escolaridade, moradia, alimentação, saneamento básico e acesso à informação. Esses elementos exercem influência direta sobre os indicadores maternos e infantis, demonstrando que a promoção da saúde depende não apenas dos serviços assistenciais, mas também da implementação de políticas públicas intersetoriais voltadas à redução das vulnerabilidades sociais (Dahlgren; Whitehead, 2021).

Nesse cenário, destaca-se o papel estratégico da enfermagem e das equipes multiprofissionais na organização da assistência. O enfermeiro desempenha funções essenciais na realização das consultas de pré-natal de risco habitual, acompanhamento do puerpério, puericultura, imunização, educação em saúde, identificação de situações de vulnerabilidade e coordenação do cuidado na Atenção Primária. Além disso, atua como facilitador do vínculo entre os usuários e os serviços de saúde, promovendo um cuidado humanizado, contínuo e baseado nas necessidades individuais e coletivas (Brasil, 2022).

Diante desse contexto, torna-se necessário fortalecer políticas públicas que

garantam acesso universal, equitativo e de qualidade aos serviços de saúde, além de investir na qualificação permanente dos profissionais, na organização das redes assistenciais e na ampliação das ações de promoção da saúde. A atenção integral à saúde materno-infantil representa um dos principais desafios contemporâneos para os sistemas de saúde, exigindo estratégias que contemplem não apenas a assistência clínica, mas também os aspectos sociais, culturais e familiares envolvidos no processo de cuidado.

Assim, este estudo tem como objetivo discutir os principais desafios relacionados à atenção integral à saúde materno-infantil, destacando a importância das ações desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde, da atuação multiprofissional e da implementação de políticas públicas que promovam a melhoria dos indicadores de saúde, contribuindo para a redução das desigualdades e para a garantia do cuidado integral à mulher, à criança e à família.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método que permite reunir, sintetizar e analisar criticamente as evidências científicas disponíveis acerca de uma temática específica, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento e subsidiando a prática baseada em evidências (Souza; Silva; Carvalho, 2010). A escolha desse método justifica-se por possibilitar uma visão abrangente sobre os desafios relacionados à atenção integral à saúde materno-infantil, considerando diferentes contextos assistenciais e abordagens metodológicas.

A pesquisa foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE/PubMed). A busca bibliográfica ocorreu entre os meses de março e abril de 2026, utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e os Medical Subject Headings (MeSH): "Maternal Health", "Child Health", "Maternal-Child Health Services", "Primary Health Care", "Comprehensive Health Care", "Prenatal Care", "Postpartum Care" e "Infant Care", combinados entre si por meio dos operadores booleanos AND e OR, de acordo com a estratégia de busca adotada em cada base de

dados.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos científicos disponíveis na íntegra, publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, no período de 2020 a 2026, que abordassem aspectos relacionados à atenção integral à saúde materno-infantil, incluindo assistência pré-natal, parto, puerpério, puericultura, primeira infância, atuação da Atenção Primária à Saúde, políticas públicas e desafios para a integralidade do cuidado. Foram excluídos estudos duplicados, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, editoriais, cartas ao editor, relatos de experiência, revisões de literatura e publicações que não respondessem à questão norteadora da pesquisa.

A seleção dos estudos foi realizada em três etapas. Inicialmente, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos para identificar os estudos potencialmente relevantes. Posteriormente, foi realizada a leitura na íntegra dos artigos previamente selecionados, verificando sua elegibilidade conforme os critérios estabelecidos. Por fim, os estudos que atenderam aos critérios de inclusão compuseram a amostra final desta revisão integrativa.

A análise dos dados ocorreu de forma descritiva e temática, contemplando informações referentes aos autores, ano de publicação, país de origem, objetivos, delineamento metodológico, principais resultados e conclusões. Os achados foram organizados em categorias temáticas que possibilitaram identificar os principais desafios relacionados à atenção integral à saúde materno-infantil, os fatores que influenciam a qualidade da assistência, as estratégias de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde e a importância da atuação multiprofissional na promoção do cuidado integral à mulher, à criança e à família.

Por se tratar de uma pesquisa desenvolvida exclusivamente com dados secundários disponíveis em bases científicas de domínio público, sem envolvimento direto de seres humanos, este estudo não necessitou de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelecido pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, foram selecionados estudos

publicados entre 2020 e 2026 que abordaram diferentes aspectos relacionados à atenção integral à saúde materno-infantil. As publicações analisadas evidenciaram que, embora tenham ocorrido avanços importantes na ampliação do acesso aos serviços de saúde, ainda persistem desafios que comprometem a qualidade e a continuidade da assistência à mulher e à criança. Entre os principais temas identificados destacaram-se: a importância da Atenção Primária à Saúde, as desigualdades no acesso aos serviços, a atuação multiprofissional, a humanização do cuidado e a influência dos determinantes sociais da saúde.

A Atenção Primária à Saúde como eixo estruturante do cuidado materno-infantil

Os estudos analisados demonstram que a Atenção Primária à Saúde (APS) ocupa posição estratégica na organização da assistência materno-infantil, sendo responsável pelo acompanhamento da mulher durante o pré-natal, puerpério e planejamento reprodutivo, além do monitoramento do crescimento e desenvolvimento da criança. Quando organizada de forma resolutiva e integrada aos demais níveis de atenção, a APS favorece o diagnóstico precoce de agravos, reduz complicações obstétricas e neonatais e fortalece as ações de promoção da saúde (Brasil, 2022).

Segundo Starfield (2002), sistemas de saúde fundamentados na Atenção Primária apresentam melhores indicadores de saúde, maior equidade e redução dos custos assistenciais, uma vez que priorizam o cuidado contínuo, a coordenação da assistência e o acompanhamento longitudinal das famílias. Nesse contexto, o enfermeiro assume papel essencial na realização das consultas de pré-natal de baixo risco, puericultura, imunização, educação em saúde e identificação precoce de fatores de vulnerabilidade.

Entretanto, diversos estudos apontam que dificuldades relacionadas à insuficiência de recursos humanos, alta rotatividade de profissionais, limitações estruturais das unidades de saúde e sobrecarga de trabalho ainda interferem na qualidade da assistência prestada, especialmente em municípios de pequeno porte e regiões de difícil acesso.

Desafios para a integralidade da assistência

A integralidade representa um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde e pressupõe que o cuidado seja desenvolvido de forma contínua, articulada e centrada nas necessidades da população. No entanto, a literatura evidencia que a

fragmentação da Rede de Atenção à Saúde permanece como um dos principais desafios para a efetivação desse princípio (Mendes, 2019).

Os estudos analisados demonstram que muitas gestantes enfrentam dificuldades para acessar consultas especializadas, exames diagnósticos e serviços hospitalares de referência, ocasionando atrasos no diagnóstico e tratamento de condições que poderiam ser identificadas precocemente. Situação semelhante é observada na assistência à criança, sobretudo no acompanhamento da puericultura, vacinação e desenvolvimento infantil, principalmente em áreas rurais, indígenas e ribeirinhas.

Além das barreiras geográficas, fatores administrativos, como demora na regulação de consultas e exames, dificuldades no transporte sanitário e falhas na comunicação entre os diferentes pontos da rede assistencial, também comprometem a continuidade do cuidado. Dessa forma, torna-se indispensável fortalecer os mecanismos de referência e contrarreferência, garantindo maior integração entre os serviços de saúde.

Determinantes sociais e desigualdades em saúde

Outro aspecto amplamente abordado nas publicações refere-se à influência dos determinantes sociais sobre os indicadores maternos e infantis. Condições relacionadas à renda familiar, escolaridade, alimentação, moradia, saneamento básico e acesso aos serviços públicos exercem impacto direto sobre a saúde da mulher e da criança (Dahlgren; Whitehead, 2021).

Gestantes em situação de vulnerabilidade social apresentam maior probabilidade de iniciar tardiamente o pré-natal, realizar número insuficiente de consultas e enfrentar dificuldades para manter o acompanhamento durante toda a gestação. Essas condições aumentam o risco de complicações maternas, parto prematuro, baixo peso ao nascer e mortalidade neonatal (Victora et al., 2021).

Da mesma forma, crianças inseridas em contextos de pobreza apresentam maior vulnerabilidade para desnutrição, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, doenças infecciosas e dificuldades de acesso às ações preventivas. Esses achados reforçam que a melhoria dos indicadores de saúde materno-infantil depende não apenas da assistência clínica, mas também da implementação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais.

Humanização da assistência e protagonismo da mulher

A humanização do cuidado também emergiu como uma das categorias mais frequentes nos estudos selecionados. A literatura destaca que o acolhimento, o respeito às escolhas da mulher, a comunicação efetiva entre profissionais e usuários e o fortalecimento do vínculo durante o pré-natal e o parto contribuem significativamente para melhores experiências maternas e maior adesão às recomendações de saúde (WHO, 2022).

Nesse contexto, políticas públicas como a Rede Cegonha fortaleceram estratégias voltadas à assistência humanizada, estimulando práticas baseadas em evidências e reduzindo intervenções desnecessárias durante o ciclo gravídico-puerperal. Entretanto, alguns estudos ainda relatam a ocorrência de condutas incompatíveis com as recomendações atuais, incluindo intervenções excessivas, falhas na comunicação e dificuldades relacionadas ao acesso oportuno aos serviços obstétricos.

Os autores ressaltam que a promoção do protagonismo feminino e da autonomia durante todo o processo gestacional representa elemento fundamental para a qualificação da assistência e para a construção de relações mais humanizadas entre profissionais e usuárias.

Atuação multiprofissional e educação em saúde

Os estudos evidenciaram que a atuação integrada das equipes multiprofissionais fortalece significativamente a atenção materno-infantil. Enfermeiros, médicos, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, odontólogos e agentes comunitários de saúde desenvolvem ações complementares que favorecem o cuidado integral e ampliam a resolutividade da Atenção Primária.

A enfermagem foi apontada como uma das categorias profissionais mais presentes durante todo o acompanhamento materno-infantil, desempenhando atividades relacionadas à consulta de enfermagem, educação em saúde, vacinação, planejamento familiar, incentivo ao aleitamento materno, puericultura e identificação precoce de fatores de risco.

Além da assistência clínica, a educação em saúde foi identificada como importante estratégia para promoção do autocuidado, fortalecimento do vínculo entre equipe e comunidade e incentivo à participação ativa das famílias no processo de cuidado. A realização de grupos educativos, visitas domiciliares e ações coletivas

contribui para ampliar o conhecimento sobre gestação, parto, amamentação, alimentação complementar, vacinação e desenvolvimento infantil, fortalecendo práticas preventivas e promovendo maior autonomia dos usuários.

De forma geral, os estudos analisados demonstram que a atenção integral à saúde materno-infantil depende da articulação entre políticas públicas efetivas, fortalecimento da Atenção Primária, qualificação permanente dos profissionais, integração da Rede de Atenção à Saúde e redução das desigualdades sociais. Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, permanecem desafios relacionados ao acesso, à continuidade do cuidado e à garantia da equidade, reforçando a necessidade de investimentos contínuos na organização dos serviços e na implementação de estratégias que assegurem assistência humanizada, integral e baseada em evidências científicas.

CONCLUSÃO

A presente revisão integrativa evidenciou que a atenção integral à saúde materno-infantil constitui um dos principais desafios para os sistemas de saúde, especialmente diante das desigualdades sociais, econômicas e geográficas que ainda limitam o acesso aos serviços e comprometem a continuidade do cuidado. Embora o Brasil tenha avançado significativamente na ampliação da cobertura assistencial por meio do Sistema Único de Saúde e da Atenção Primária à Saúde, permanecem obstáculos relacionados à fragmentação da Rede de Atenção à Saúde, às dificuldades de acesso aos serviços especializados, à insuficiência de recursos humanos e às diferenças regionais na oferta de cuidados.

Os estudos analisados demonstraram que a Atenção Primária à Saúde exerce papel fundamental na promoção da saúde da mulher e da criança, atuando desde o planejamento reprodutivo até o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Nesse contexto, a atuação multiprofissional, com destaque para o enfermeiro, mostrou-se essencial para o fortalecimento das ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, educação em saúde e acompanhamento longitudinal das famílias, contribuindo para a melhoria dos indicadores maternos e infantis.

Também foi possível observar que a integralidade do cuidado depende da articulação entre os diferentes níveis de atenção, da implementação de políticas

públicas efetivas e da adoção de práticas humanizadas, centradas nas necessidades da mulher, da criança e de sua família. Além da assistência clínica, fatores relacionados aos determinantes sociais da saúde, como renda, escolaridade, condições de moradia e acesso à informação, exercem influência direta sobre os desfechos maternos e infantis, reforçando a necessidade de estratégias intersetoriais voltadas à redução das iniquidades em saúde.

Diante desse cenário, torna-se indispensável investir na qualificação permanente dos profissionais, no fortalecimento das redes de atenção, na ampliação do acesso aos serviços e na consolidação de ações integradas que assegurem assistência contínua, humanizada e baseada em evidências científicas. O fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, aliado à organização eficiente da Rede de Atenção à Saúde, representa uma estratégia essencial para garantir cuidado integral, promover melhores condições de saúde e reduzir a morbimortalidade materna e infantil.

Por fim, ressalta-se a importância da realização de novos estudos sobre a temática, especialmente aqueles voltados para a avaliação das estratégias implementadas nos diferentes contextos assistenciais brasileiros, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e para a construção de práticas que assegurem uma atenção materno-infantil cada vez mais resolutiva, equitativa e de qualidade.

REFERENCIA

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta da Criança: passaporte da cidadania**. 6. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

DAHLGREN, Göran; WHITEHEAD, Margaret. **Policies and strategies to promote social equity in health**. Stockholm: Institute for Futures Studies, 2021.

LEAL, Maria do Carmo et al. Assistência pré-natal e parto no contexto da pandemia de COVID-19: desafios para a saúde materna no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, supl. 2, 2020.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde**. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Saúde materna**. Washington, DC: OPAS, 2023.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

STARFIELD, Barbara. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO; Ministério da Saúde, 2002.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **The State of the World's Children 2023: For every child, vaccination**. New York: UNICEF, 2023.

VICTORA, Cesar Gomes et al. Maternal and child health in Brazil: progress and challenges. *The Lancet Regional Health – Americas*, Amsterdam, v. 6, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO recommendations on maternal and newborn care for a positive postnatal experience**. Geneva: World Health Organization, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Trends in maternal mortality 2000 to 2023**. Geneva: World Health Organization, 2025.